

USP

Universidade de São Paulo

Reitor Flávio Fava de Moraes
Vice-reitor Myriam Krasilchik

edusp

Editora da Universidade de São Paulo

Presidente Sergio Miceli Pessoa de Barros
Diretor Editorial Plínio Martins Filho
Editor-assistente Heitor Ferraz
Comissão Editorial Sergio Miceli Pessoa de Barros
Davi Arrigucci Jr.
José Augusto Penteado Aranha
Oswaldo Paulo Foratini
Tupã Gomes Corrêa



Estação Ciência

Pró-Reitor de Cultura e Extensão Jacques Marcovitch
Presidente do CNPq José Galízia Tundisi
Coordenador da Estação Ciência Ernst W. Hamburger

A Estação Ciência é um centro de divulgação científica da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da Universidade de São Paulo, em convênio com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.



Este livro foi patrocinado pelo Ministério da Cultura do Governo Federal

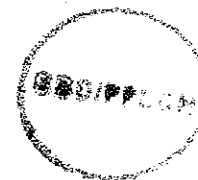
Raça e Diversidade

Lilia Moritz Schwarcz
Renato da Silva Queiroz
(orgs.)

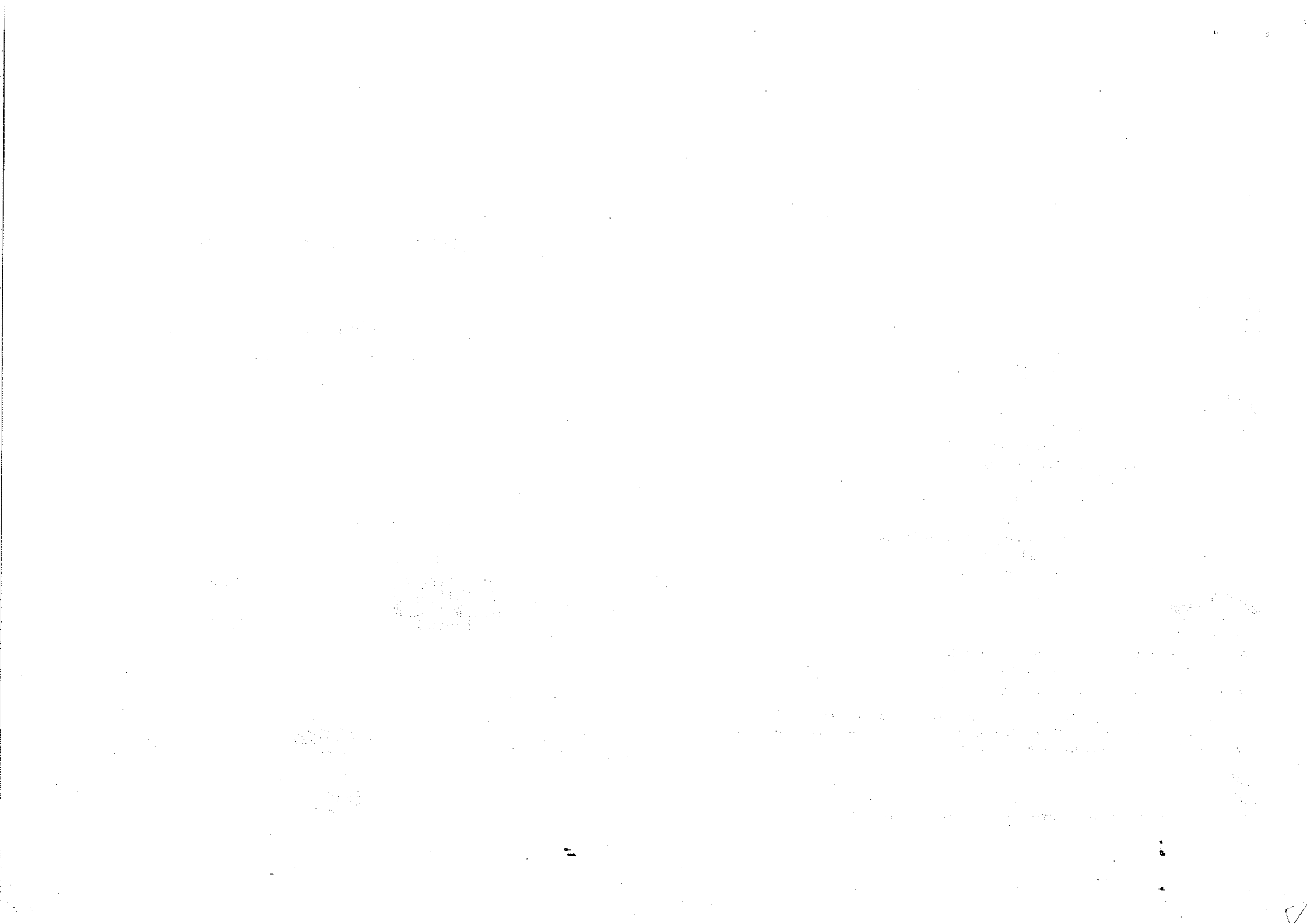
SBD-FFLCH-USP



125903



edusp



As facetas de um racismo silenciado

Kabengele Munanga

Gostaria de começar dizendo que Elie Wiesel, Prêmio Nobel da Paz, disse uma frase muito interessante: "O matador mata sempre duas vezes – a segunda pelo silêncio". Inspirei-me nessa frase para dar o nome à minha aula de hoje. Em alguns racismos conhecidos na história da humanidade, as relações entre segmentos étnicos diferentes são mais explícitas, mais abertas; é um racismo institucionalizado, por vezes acompanhado de hostilidades e da morte física do outro. Quero me referir ao nazismo, ao *apartheid* sul-africano, ao sistema "Jim Crow" nos Estados Unidos. Mas outros racismos foram e são implícitos, não-institucionalizados, objeto de segredo e tabu, submetidos ao silêncio, um silêncio criminoso. Quero me referir, como vocês devem ter captado pela mensagem camuflada no título, ao racismo brasileiro.

Florestan Fernandes, eminente sociólogo brasileiro cujo pensamento em matéria racial alimentou a todos, acredito eu, disse a seguinte frase: "No Brasil, tem-se o preconceito de se ter preconceito racial". A imagem do negro na sua obra já foi objeto da aula introdutória, ministrada pela professora Maria Aminda Arruda. Partindo dessa frase, eu diria que os preconceitos, sejam eles raciais, sociais, religiosos, econômicos, de gênero, etc., existem em todas as sociedades, em todas as culturas e civilizações. O maior problema se coloca quando são transformados em armas ideológicas para legitimar e justificar a exterminação, a exploração e a

Kabengele Munanga

Doutor em Antropologia Social pela USP.

Professor do Departamento de Antropologia Social da FFLCH-USP.

Entre suas publicações, destacam-se:

A Negritude: Usos e Sentidos. São Paulo, Ática, 1986.

Os Basanga de Shaba. São Paulo, Col. Antropologia, FFLCH-USP, 1986.

A Revolta dos Colonizados. São Paulo, Atual, 1995.

exclusão de segmentos importantes da sociedade. O que aconteceu na Alemanha nazista, na África do Sul durante o regime do *apartheid*, no sul dos Estados Unidos, nas sociedades escravistas e coloniais, é, sem dúvida, o chamado racismo institucionalizado, ao qual já me referi. No entanto, alguns países do mundo praticam e continuam a praticar a discriminação racial, sem que esta seja necessariamente institucionalizada. É o caso da maioria dos países da América do Sul, incluindo o Brasil, e dos países ocidentais. Entretanto, se perguntarmos a qualquer brasileiro (evidentemente antes da pesquisa da *Folha...* de junho de 1995) se existe discriminação racial, a maioria responderia negativamente.

Costuma-se buscar a explicação dessa falha de consciência da discriminação racial na falta de instrução, ou seja, no bode expiatório cultural. Essa justificativa não convence, porque os seres humanos não precisam de instrução para sentir a dor, o menosprezo, a injustiça e a exclusão. Sem dúvida, um certo nível cultural é indispensável para abrir os horizontes e, se necessário, para articular o discurso interno em torno da questão; mas a falta de consciência não pode ser atribuída, absolutamente, à falta de instrução. A tendência em geral, mesmo do brasileiro esclarecido, é negar a discriminação. A própria pesquisa da *Folha*, apesar de revelar uma nova tomada de consciência, deixa claro que, segundo a maioria dos entrevistados, o discriminador é sempre o outro, e nunca eu – eu que tenho amigos, frequento os negros, que tenho mulher ou marido negro, que frequento o candomblé ou a umbanda. Aquela senhora que discriminou no elevador a filha do ex-governador do Espírito Santo declarou que não era racista pelo fato de ter um cunhado negro e frequentar o candomblé!

Como explicar, então, esta negação contraditória da realidade da maioria dos negros e mestiços, que cotidianamente enfrentam a violência policial, sem falar das formas sutis de exclusão no mercado de trabalho, no sistema educativo, nos lugares de lazer, etc.? A explicação mais plausível, a meu ver, dessa interiorização quase inconsciente da discriminação racial no Brasil estaria na forma da ideologia racista aqui desenvolvida pelo segmento dominante da sociedade. Não sou o primeiro nem o último a falar da ideologia da democracia racial como fonte explicativa do “preconceito de ter preconceito” e dessa tendência geral do brasileiro de negar seus atos discriminatórios. Alguém já viu ou leu um documento oficial no qual essa ideologia é explicitamente formulada? Acredito que não. Estamos num país onde certas coisas graves e importantes se praticam sem discurso, em silêncio, para não chamar atenção e não desencadear um processo de conscientização, ao contrário do que aconteceu

nos países de racismo aberto. O silêncio, o implícito, a sutileza, o velado, o paternalismo, são alguns aspectos dessa ideologia. O racismo brasileiro na sua estratégia age sem demonstrar a sua rigidez, não aparece à luz; é ambíguo, meloso, pegajoso, mas altamente eficiente em seus objetivos. Essa ideologia é difundida no tecido social como um todo e influencia o comportamento de todos – de todas as camadas sociais, e até mesmo as próprias vítimas da discriminação racial. Discutir a questão da pluralidade étnica, e em especial da sua representação nas instituições públicas e nas demais instituições do país, ainda é visto como um tabu na cabeça de muitas pessoas, pois é contraditória à idéia de que somos um país de democracia racial.

Recordo-me de um discurso pronunciado em 1987 pelo então ministro das Relações Exteriores, por ocasião da visita ao Brasil do bispo Desmond Tutu, Prêmio Nobel sul-africano, reiterando o mito de democracia racial. Um trecho do discurso dava o exemplo da Assembléia Constituinte brasileira, onde estavam representados todos os segmentos étnicos do país: brancos, negros, amarelos, índios e mestiços. Ora, esses negros e índios eram, na realidade, o deputado Mario Juruna e uma meia dúzia de negros e mestiços, num total de cerca de quinhentos membros da Assembléia Nacional Constituinte. No IV Congresso Afro-Brasileiro, realizado em Recife em abril de 1994, o então ministro da Educação nacional declarou, na sessão solene de abertura, que a discriminação do negro no Brasil não é racial e sim social. Essa declaração recente mostra o quanto é resistente o mito de democracia racial no Brasil, e ilustra o quanto é difícil para a sociedade brasileira enfrentar e lutar contra uma realidade não-aceita e não-assumida por todos os seus elementos.

Uma das peças ideológicas importantes da democracia racial brasileira é também a mestiçagem, que é considerada do ponto de vista populacionista não um problema, mas sim um fato, um fenômeno universal ao qual os conjuntos de populações escapam por períodos limitados. Ela é concebida como uma troca ou fluxo de genes, de intensidade e duração variáveis, entre populações mais ou menos contrastadas biologicamente. Porém os raciologistas ocidentais, aos quais aderiram alguns brasileiros, fizeram da mestiçagem um problema da humanidade. Essa questão da mestiçagem não é o tema desta aula, pois a professora Lília poderá tratá-la com mais competência. Mas a invenção do Brasil, como projeto de nação e de povo, foi baseada num tripé construído a partir de três raízes: a índia, a negra e a branca. No ponto de junção dessas três raízes se situa a mestiçagem, tanto biológica quanto cultural, a partir da qual foi pensada

a construção de uma identidade nacional, de uma nova nação e de um povo diferente dos três estoques originais.

E, a partir da idéia de um povo misturado desde os primórdios, foi elaborado, lenta e progressivamente, o mito de democracia racial. Somos um povo misturado, portanto miscigenado; e, acima de tudo, é a diversidade biológica e cultural que dificultaria a nossa união e o nosso projeto enquanto nação e povo. Somos uma democracia racial porque a mistura gerou um povo que está acima de tudo, acima das suspeitas raciais e étnicas, um povo sem barreiras e sem preconceitos. Trata-se realmente de um mito, pois a mistura não produziu a declarada democracia racial, como demonstrado pelas inúmeras desigualdades sociais e raciais que o próprio mito ajuda a dissimular — dificultando, aliás, até a formação da consciência e da identidade política dos membros dos grupos oprimidos.

Sem dúvida, não podemos fazer uma separação mecânica entre um problema social que afeta todos os oprimidos da sociedade, brancos e não-brancos, e a questão racial. Brancos pobres e negros pobres são ambos vítimas da mesma causa. A libertação de ambos passaria pela mesma solução, mas não liberta o negro dos efeitos do racismo que, antes de ser uma questão econômica, é uma questão moral e ontológica.

Numa sociedade como a nossa, as questões de raça e de classe mantêm entre si uma certa dialética. Mas não vejo como acelerar a mobilidade social do negro sem atacar as raízes profundas que bloqueiam essa mobilidade, isto é, a discriminação racial. Os regimes racistas da África do Sul e do sul dos Estados Unidos serviram por muito tempo de escudo protetor ao racismo brasileiro. Agora que deixaram de existir, o racismo brasileiro fica descoberto e desprotegido.

É verdade que as leis federais nos Estados Unidos não acabaram com a discriminação racial, cada vez mais presente naquele país; mas os resultados em alguns setores da sociedade são notáveis. Há hoje cerca de 40 negros no Congresso americano e mais de 7.000 políticos eleitos no conjunto do país; há mais estudantes e professores negros nos liceus e nas universidades, mais advogados nas grandes escolas, mais médicos nos grandes hospitais e mais profissionais em todos os setores da vida americana do que antes da luta pelos direitos cívicos (CONE, 1993, p. 7-9). Essa mobilidade socioeconômica que beneficia a classe média negra nos Estados Unidos, cerca de 3% do segmento negro, é, sem dúvida, o resultado de uma grande mobilização dos negros em torno da defesa dos seus direitos civis na década de 1960, graças a uma tomada de consciência facilitada por um racismo aberto.

É importante notar que o movimento negro integracionista nos Estados

Unidos contou, em vários momentos da sua história, com a solidariedade de alguns segmentos liberais brancos da sociedade. Por exemplo, a National Association for the Advancement of Colored People (NAACP), criada em 1909 com o propósito de obter a integração racial por meios legais e judiciais, tinha um décimo de seus membros composto de liberais brancos. Foi ela que, numa ação unindo liberais brancos e dirigentes negros, levou a Corte Suprema a tomar decisões que puseram termo à segregação nas escolas. Embora não se solidarizasse com as associações nacionalistas e não apoiasse o slogan *black power*, essa associação assumiu a direção dos movimentos pelos direitos civis e encorajou manifestações de massa, como os *sit-ins* (FABRE, 1977, p. 182-184). Também a Liga Urbana, criada em 1910, era uma organização inter-racial financiada por industriais do norte, que se esforçava para obter igualdade de condições em termos de emprego e de uma formação profissional mais avançada para os negros. A Southern Christian Leadership Conference (SCLC), criada após o boicote aos transportes públicos, realizado em Montgomery em 1957 graças ao prestígio do pastor Martin Luther King, também era uma coligação inter-racial, composta por líderes negros, igrejas, sindicatos e liberais brancos. A Marcha sobre Washington, organizada em 1963 pela coligação do Student Non-Violent Coordination Committee (SNCC) e o Congress for Racial Equality (CORE), foi patrocinada por Robert Kennedy, então ministro da Justiça, e pelo arcebispo de Boston (FABRE, 1977).

Comparativamente, os movimentos negros contra o racismo no Brasil, embora todos integracionistas, nunca foram inter-raciais, apesar da solidariedade de alguns intelectuais. É como dizer que o problema é do negro, e não do branco movido pelo mito de democracia racial. Se atentarmos para a história do Congresso Nacional Sul-Africano (ANC), também vamos encontrar a solidariedade de elementos brancos da sociedade, e até alguns brancos em seus quadros; e vemos também que na África do Sul, durante o *apartheid*, havia comparativamente mais estudantes negros nas universidades do que no Brasil da democracia racial.

Aqui, oficialmente, negros e mestiços constituem cerca de 45% da população total. Embora estejam presentes culturalmente, eles constituem a categoria mais ausente e invisível social, política e economicamente. Proporcionalmente, onde estão os 45% dos negros e mestiços nas instituições públicas, executivo, legislativo, judiciário, exército, marinha, polícia, magistratura, universidades, etc.?

Um projeto nacional de construção de uma verdadeira democracia não pode ignorar a diversidade e as múltiplas identidades que compõem a

sociedade brasileira. O reconhecimento da pluralidade, o respeito pelas identidades e pelas diferenças não é uma questão romântica e meramente retórica; exige a representação dos outros, dos excluídos, nas instituições públicas e nos diversos setores da vida nacional. Mas como discutir a representação dos outros, se não admitirmos primeiramente que somos também racistas? Só a partir dessa confissão corajosa é que o Brasil pode buscar os caminhos da mudança e procurar instrumentalizar a política de combate às práticas discriminatórias, incluindo as representações institucionais dos excluídos.

Institucionalmente não há racismo no Brasil, como aconteceu no regime do *apartheid* e no sistema "Jim Crow" no sul dos Estados Unidos; mas existe um racismo de fato, há muito tempo negado e reforçado pelo mito da democracia racial. A desmitificação desse mito pelos pesquisadores brancos comprometidos com a causa da igualdade racial e pelos movimentos negros de todos os tempos nunca comoveu as instituições oficiais do país, nem a sociedade como um todo.

Já faz mais de meio século que houve uma pesquisa patrocinada pela Unesco para averiguar se o modelo de harmonia e de integração racial oferecido pelo Brasil oficial poderia ser proveitoso ao resto da humanidade. E até agora é difícil anunciar a unanimidade de todos os brasileiros sobre o racismo em seu país; mas apesar dessa falta de unanimidade, devemos reconhecer que na última década houve uma mudança de atitude, uma confissão por parte de algumas personalidades políticas governamentais, de alguns partidos políticos, quanto à existência da discriminação racial de fato contra o negro no Brasil. Por exemplo, a criação no estado de São Paulo, em 11 de maio de 1984, do Conselho de Participação e de Desenvolvimento da Comunidade Negra; o espaço aberto aos candidatos negros por alguns partidos políticos nas eleições de 1982, 1986, 1990 e 1994.

Essa confissão representa um certo progresso, uma abertura no caminho da luta para transformar a sociedade, pois não há como mobilizar esforços para lutar contra uma situação e um problema considerado inexistente. Mas essa confissão ainda é tímida, e não dará resultado se não for acompanhada e concretizada por programas de ação e medidas concretas, pela instrumentalização de políticas públicas concretas, de combate às práticas discriminatórias nas áreas em que estas são observáveis, como nas leis, mercado de trabalho, saúde, educação, cultura, esporte e lazer, habitação, representação nos partidos políticos, no legislativo, executivo, etc. Quando a questão do racismo no Brasil começar a sair dos livros, artigos, dissertações e teses dos pesquisadores, quando deixar de ser

problema do negro para se tornar preocupação de todas as forças e instituições do país, quando sairmos da fase do belo discurso e das boas intenções sem ações correspondentes, poderemos dizer então que entramos na verdadeira fase de engajamento para transformar a sociedade; estaremos saindo do pesadelo para entrar num sonho, e do sonho para entrar numa verdadeira esperança.

Debate

Pergunta: Gostaria de me referir a uma experiência que foi feita nos Estados Unidos e que, ao que tudo indica, deu resultado positivo: a obrigatoriedade de convívio, por exemplo, em instituições escolares, de representantes das diversas raças. Ou ainda alguns empreendimentos cujo sucesso depende da colaboração de várias pessoas, e em que se articulam pessoas procedentes de raças diferentes, e isso com muita frequência e desde a mais tenra infância, para permitir que esse convívio seja profícuo e acabe colaborando para a quebra de preconceitos. Você acha que no nosso caso essa seria uma providência viável e adequada?

Kabengele: Creio que cada país tem uma realidade diferente e suas próprias peculiaridades; mas apesar das diferenças, as experiências feitas por outros países podem ser testadas e adaptadas à nossa realidade. Por exemplo, ultimamente estamos discutindo uma questão levantada pelo Núcleo da Consciência Negra – a questão de se criar uma política de quotas, como ocorreu nos Estados Unidos, para que os estudantes negros possam ter acesso à universidade. Lá essa política de quotas teve alguns resultados positivos. Foi em parte graças a elas que os negros americanos tiveram acesso às universidades. Isso não quer dizer que a mesma política se adaptaria à realidade brasileira. Mas não podemos simplesmente fechar a questão, como alguns pensam, dizendo que é um problema do vestibular. Não se pode fechar a questão; é possível abrir o debate, ver até que ponto é uma solução viável e se podemos, a partir dela, imaginar e inventar outras soluções que se adaptem à realidade brasileira.

Tomo o exemplo do meu caso: vivi dezoito anos de colonização belga no antigo Congo, atual Zaire. Durante a colonização havia dois sistemas de ensino completamente diferentes: um para os colonizados, nas mãos dos missionários, que era um ensino principalmente religioso; e outro para os filhos dos colonizadores. Só que no fim do segundo grau não havia mais diferença, pois na faculdade todo mundo entrava pela mesma porta. O sistema colonial belga, tendo consciência de que os estudantes

negros não tinham condições de competir e acompanhar as aulas na faculdade junto com os filhos dos colonizadores, devido à diferença de nível entre os dois sistemas, criou um ano preparatório entre o colégio e a universidade, onde os melhores estudantes negros eram preparados, a fim de diminuir as diferenças. Assim os melhores, selecionados na saída desse ano preparatório, entravam na faculdade. Eu estudei nessas condições, e hoje estou dando aula na Universidade de São Paulo. É uma solução. Não quer dizer que o Brasil possa adaptar essa solução, mas é possível abrir o debate, ver o que é possível, ir inventando soluções de acordo com a nossa realidade.

Vi no ano passado, quando estava num congresso na Alemanha, uma experiência interessante. Os alemães têm problemas sérios com os imigrantes, principalmente com os turcos; é um país que não quer aceitar que é um país de imigrantes, portanto fabrica imigrantes no seu próprio território, pois os turcos que nascem lá são imigrantes, e não alemães. Me falaram de uma escola experimental no nível do jardim de infância, em que crianças, filhas e filhos de imigrantes de todas as cores e nacionalidades, e também crianças alemãs, estudam juntos a fim de se conhecerem melhor. São tentativas interessantes, e cada país pode inventar suas soluções, mas a tendência nossa, em geral, é de fechar a questão.

Pergunta: Quando estive na Inglaterra, há pouco, notei que houve um acirramento do preconceito, não só quanto ao negro de origem africana mas também quanto ao indiano, pois lá está havendo uma concentração maior dessa categoria. E é uma coisa evidente, clara e explícita. O senhor falou da Alemanha e eu lembrei da Inglaterra; é nesse contexto da globalização, que é muito importante, que voltou a se acirrar o preconceito em geral, não só contra o negro. Porém quando morei nos Estados Unidos achei estranho que havia duas coisas acontecendo, uma em decorrência da outra: primeiro, o paternalismo – por exemplo, aquelas agremiações como a Federal Communication Commission (FCC), que faz com que sejam admitidos negros, obrigatoriamente, para os elencos da televisão, do rádio, etc., num número percentual, o que faculta a entrada no mercado de trabalho. Por outro lado, em 1974, depois de algum tempo, vi mulheres negras que não queriam ser admitidas: era o preconceito ao contrário, ou revolta, não sei. Gostaria de saber como o senhor chamaria essa atitude: “Não quero mais ser admitida, por ser membro de uma minoria, por ser mulher, ou por ser negra”. Também com os homens é a mesma coisa. Aqui ainda não existe isso; ainda não há uma consciência para que se revolte contra esse paternalismo.

Kabengele: Bem, cada situação é um caso, tem sua peculiaridade, não se pode generalizar. Do meu ponto de vista, não existe racismo pior ou melhor; racismo é racismo, cada um tem um estilo diferente, cada um faz as suas vítimas, a seu modo. A situação ocidental, no momento, é de racismo raivoso; a xenofobia na Europa de hoje é uma coisa impressionante; no entanto, é uma situação em alguns países europeus que os próprios colonizadores criaram.

Vou tomar o caso da França. Ali, num certo momento, devido à taxa de natalidade, havia mais pessoas velhas do que jovens na população; assim, não havia mão-de-obra suficiente para algumas tarefas. A própria França estimulou a importação de mão-de-obra barata africana, principalmente argelina, devido à questão colonial. Até aí, tudo bem. Enquanto esses imigrantes ocupavam empregos de baixo nível na sociedade francesa, não havia dificuldade; a xenofobia não era tão forte, apesar do preconceito que sempre existiu. Mas a partir do momento que esses imigrantes começaram a ter filhos nascidos na França, e sua taxa de natalidade era muito alta, então com esses filhos que cresceram e estudaram nas mesmas escolas com os colegas franceses passou a haver uma situação de xenofobia aberta, conjugada a uma conjuntura econômica de desemprego acelerado.

Na Europa, pelo menos em alguns países onde as universidades e escolas de primeiro e segundo graus são públicas, não existe segregação social no ensino, como aqui. O filho do pobre e o do rico podem estudar na mesma escola e na universidade. Aqui, a segregação social de fato começa – e não estou falando de negro, estou falando de pobre e de rico – desde o jardim de infância e vai até a universidade. Então, como esses filhos de imigrantes estudaram nas mesmas universidades com colegas filhos de franceses, eles começaram a brigar para não ocupar mais as posições inferiores que seus pais imigrantes ocuparam; eles tinham direito a brigar. E, nesse momento, devido à conjuntura econômica – pois há um problema de disputa pelo mercado de trabalho e pelo espaço –, a xenofobia foi atizada com muita força. Vemos o fenômeno dos *skinheads*, que conhecemos também aqui; é uma juventude marginalizada na sociedade, que não encontra o seu lugar mas encontrou um bode expiatório, que é o imigrante, como aconteceu aqui com os nordestinos.

É isso que acontece nos países ocidentais europeus, tomando o exemplo da França. Além do mais há o fator demográfico, que a longo prazo é um problema político: os filhos desses descendentes de argelinos, e outros com nacionalidade francesa, fazem mais filhos do que os franceses, e têm direitos políticos; assim, dentro de algumas décadas, são eles

que irão definir, decidir o futuro político do país. Por aí se vê que é uma questão política a longo prazo, além de ser uma questão econômica. O preconceito não anda sozinho; ele sempre tem um pretexto para se manifestar. Nós acompanhamos a situação norte-americana e sabemos que, apesar de toda essa mobilidade, a questão racial nos Estados Unidos não mudou; está como na década de 1960, apesar dos progressos. Há segregação, os espaços são demarcados: "Aqui é o meu espaço; você é negro, você não entra". E o negro também tomou a mesma atitude, que alguns chamam de racismo às avessas, outros chamam de legítima defesa: "Já que você é racista e não quer que eu entre no seu espaço, então você também não entra no meu. Se você abrir o seu, eu também vou abrir o meu". Isso é chamado de racismo às avessas, mas quem começou? Alguém começou, e esse que começou tem de parar para o outro também abrir a porta; é essa a situação nos Estados Unidos. Mas ali a problemática é muito mais complicada, porque a classe média norte-americana é muito crescente e rica, e a distância entre negro pobre e negro rico é maior do que a distância entre branco pobre e branco rico. Nós nos perguntamos como vencer esse problema, e temos medo de que um dia possamos aqui no Brasil chegar a essa situação.

Pergunta: Considerando a relação sujeito-objeto nas áreas do conhecimento, notadamente nas ciências humanas, acredito que exista um deslocamento dessa relação que afeta a produção científica dos novos pesquisadores negros e mulatos que estão nas instituições universitárias. Considerando que nós desenvolvemos os nossos experimentos científicos a partir de dentro, acredito que há um deslocamento dessa relação sujeito-objeto, que se estabelece no âmbito das ciências humanas. Gostaria que o senhor dissesse alguma coisa sobre isso.

Kabengele: Bem, hoje em dia, pelo menos no nosso campo da antropologia, essa relação sujeito-objeto é uma relação que nós não defendemos mais. Não há mais objeto; até o próprio pesquisado é sujeito do conhecimento, não é objeto. Em certo momento o negro era considerado objeto de estudo; mas a partir do momento em que ele mesmo se tornou pesquisador da sua própria realidade, isso, a meu ver, desbloqueia o conhecimento, pois ele, como vítima, pode sentir certas coisas de dentro que o pesquisador de fora não pode sentir; assim, ele tem uma contribuição a dar. Por outro lado, também o envolvimento dele com a própria realidade pode criar um obstáculo que o pesquisador de fora pode perceber. Assim, a meu ver há uma colaboração em termos do

desenvolvimento do conhecimento, e não vejo oposição entre sujeito e objeto.

Lembro-me que há algum tempo algumas pessoas diziam que o negro não podia estudar a sua própria realidade, porque ele tem um envolvimento emocional, não pode tomar distância, não lhe é possível desenvolver a objetividade. Mas hoje essas questões, pelo menos na minha área, não se discutem mais; são questões ultrapassadas. A emoção e a emotividade são motivos de conhecimento, e não obstáculos.

Pergunta: Retomando essa questão dos Estados Unidos, e principalmente em relação ao sistema de quotas, o *Affirmative Act*, lembro que no ano passado Ellis Cose, um negro que é um dos grandes jornalistas americanos e foi editor do *Washington Post*, publicou um pequeno livro chamado *The Rage of a Privileged Class*, onde ele reúne os depoimentos de uma série de negros situados na parte alta da classe média americana, negros com renda anual de cerca de duzentos mil dólares. E esses negros todos falavam da sua dificuldade de assimilação social, apesar de terem feito tudo que se supunha que eles deveriam fazer: ir às escolas certas, manter-se longe da polícia, trabalhar quase até morrer, e ainda assim, na hora em que a pessoa pensa em colher o fruto, ver o fruto lhe ser negado pela sua condição de negro. A partir desses depoimentos, que são numerosos, o autor questiona a validade do *Affirmative Act*, do sistema de quotas, como um sistema realmente válido para superação tanto das diferenças sociais como raciais. Não seria, então, o caso de nós aqui no Brasil, podendo beber nessa fonte das experiências levadas a cabo em outros países, pensarmos, como o senhor disse tão bem, numa solução mais brasileira para esse problema?

Kabengele: Excelente a sua intervenção. Se você percebeu, num certo momento da minha exposição eu disse que a questão racial não se resolve com a mobilidade social. É claro, um dos lados do racismo é que ele impede a mobilidade social; outro, que ele impede o acesso ao saber, ao consumismo, a que todos os demais membros da sociedade têm direito. Porém o racismo é uma desumanização e uma negação da humanidade do outro, uma destruição muito profunda, que a mobilidade social não resolve.

Lembro-me de um debate na década de 1970 entre a antropóloga Margareth Mead e o escritor negro James Baldwin, já falecido. Mead pensava que a questão era de poder, de o negro ter acesso ao poder, à cultura; que ele estava sendo dominado pelo segmento branco da sociedade.

Baldwin, do seu lado, pensava que a questão fundamental era a reconstrução de sua identidade coletiva, como membro do grupo cuja personalidade, cuja humanidade, foi negada; uma pessoa que introjetou o racismo, que, mesmo com dinheiro, é alguém que tem problemas sérios (MEAD e BALDWIN, 1971).

Ora, a política de quotas, se de um lado resolveu a questão da mobilidade social de alguns negros, o que é um progresso que não podemos negar, de outro lado não resolveu as questões mais profundas do racismo. Quantas pessoas negras há que têm vergonha de ficar ao lado de um negro como elas e preferem ficar ao lado de um branco, não se assumem, têm ódio de si? Difícil de medir e de contar. O racismo é como um *iceberg*: não enxergamos a parte mais profunda.

É por isso que eu disse que algumas pessoas não entenderam a problemática da negritude. A negritude não é um racismo às avessas. O negro, como todos os oprimidos da sociedade, mulheres e outros, precisa recuperar a sua identidade, a sua humanidade que lhe foi negada, e que é o primeiro elemento em qualquer luta. Então, em parte, eu concordo com esse autor: não se resolveu a questão racial, mas o outro tem direito de comer. Quando vou para os Estados Unidos e vejo aquele bairro burguês dos negros perto do Aeroporto Kennedy, em Nova York, negros que moram em mansões, que andam de Mercedes, numa sociedade capitalista que valoriza essas coisas, penso: por que eles não têm direito a isso? Direito eles têm.

Pergunta: Professor, como recuperar essa identidade étnica, quando a cultura afro-brasileira acaba assumindo uma identidade nacional? Por exemplo, há um tempo atrás os negros ouviam a música do Ilê-Ayê e também Margarete Menezes, e de repente o Olodum se torna o exemplo-símbolo da "negritude" brasileira – até porque o Olodum coloca muito mais pessoas brancas desfilando do que o Ilê-Ayê, que não aceita isso. A Daniela Mercury começa a ser a grande cantora brasileira, e Margarete Menezes não faz esse sucesso; a Sônia Braga fica sendo "símbolo" porque ela é branca no Brasil, mas não nos Estados Unidos; e a Zezé Mota sempre sendo a empregada. Agora ela foi contemplada com o prêmio de mãe da novela das oito. Como é que a gente consegue recuperar uma identidade num país que transforma o samba do Fundo de Quintal num pagode que é um lixo, e que os negros não ouvem, mas que faz um sucesso incrível na mídia? E é muito difícil a gente dizer "Eu não gosto de pagode", mas é muito complicado explicar isso, porque a gente tem que saber sambar, tem que saber o que é o samba.

Mas é complicado dizer para as pessoas que esse pagode não é o que a gente ouve.

Kabengele: Interessante. Bem, a busca da identidade, no nosso caso no Brasil, apesar da importância, não é uma coisa fácil; é problemática. Essa identidade passa pela cor da pele, pela cultura, ou pela produção cultural do negro; passa pela contribuição histórica do negro na sociedade brasileira, na construção da economia do país com seu sangue; passa pela recuperação de sua história africana, de sua visão do mundo, de sua religião. Mas isso não quer dizer que para eu me sentir negro assumido eu precise necessariamente freqüentar o candomblé; não quer dizer que eu precise escutar o samba ou outro tipo de música dita negra. Trata-se apenas de um processo de consciência. A partir do momento em que se valorize essa religião, essa música, essa arte como cultura diferente e não inferior às outras culturas, isso basta para construir uma identidade positiva. Todas as artes, eu diria, não têm fronteiras; os racistas americanos gostam da música do negro americano, pois a linguagem artística é capaz de ultrapassar as fronteiras étnicas.

Também a religião é uma visão do mundo que pode ser adotada por outros segmentos da sociedade; se eles encontram um caminho da sua vida nessa visão do mundo, então aqui também não deveria haver fronteiras. A questão fundamental é simplesmente esse processo de tomada de consciência da nossa contribuição, do valor dessa cultura, da nossa visão do mundo, do nosso "ser" como seres humanos; e valorizar isso, utilizar isso como arma de luta para uma mobilização; isso é que é importante. Agora, já ouvi muitas vezes pessoas da minha cor se queixando que há muitos brancos no candomblé, brancos que são pais-de-santo e mães-de-santo. Qual é o problema? É uma visão do mundo; eles gostaram dessa religião, mas isso não impede que haja maioria de negros nessa religião. Creio que aí estão criando falsos problemas. Pagode pode ser uma música de péssima qualidade em relação ao samba, mas qual é o problema? É uma música de origem, de inspiração no ritmo negro africano; como qualquer elemento cultural, tem uma dinâmica, se transforma no tempo e no espaço, não vai ficar estático. Creio que nós não podemos criar problemas onde não há. É uma dificuldade séria construir uma identidade baseada na cor da pele que todos os negros não aceitam.

Pergunta: O senhor afirma que o preconceito no Brasil assume uma forma implícita, silenciosa, em parte devido à força do mito da democracia racial. Na sua opinião, quais as peculiaridades do Brasil que permitem

essa forma pouco assumida de racismo e a persistência do mito da democracia racial?

Kabengele: Creio que na minha exposição já respondi praticamente a essa pergunta, mas se há dúvida, vou retomar alguns elementos. O preconceito é um dado universal; ele não é natural, é cultural, e todas as culturas são preconceituosas, incluindo a negra. Mas o problema do Brasil é que ninguém quer assumir abertamente esse preconceito; e quando ele se transforma em racismo enquanto ideologia que tem sua origem inventariada e conhecida, as coisas se complicam demais. O racismo enquanto discurso doutrinário foi até desenvolvido por autores brasileiros, retomando pseudocientistas ocidentais, como minha colega Lília Schwarcz demonstrou em seu livro *O Espetáculo das Raças*. Quando chega ao nível oficial, embora funcionando, o racismo é negado. Isso é um fato da observação corrente.

As peculiaridades são essas: esse silêncio que não permite aos membros das comunidades oprimidas tomar consciência; esse silêncio que passa pelo mito de democracia racial, pois a partir do momento que você não aparece à luz do dia e tudo é escondido, você não possibilita nem sequer a tomada de consciência do outro. Quando ele tenta se conscientizar, diz-se a ele: "Olhe, meu irmão, eu não sou racista, a coisa está na sua cabeça; tome e beba um pouco do meu copo de cerveja". Aí o outro fica completamente confuso e não vai tomar consciência, nem identificar o racista e auto-identificar a si mesmo. Mas há lugares em que as coisas são claras, divididas: "Aqui é meu espaço, ali é o seu". Isso não quer dizer que seja melhor, mas cada sistema racista tem suas conseqüências. Os mais abertos favorecem o processo de tomada de consciência; os mais velados não ajudam esse processo em termos de uma tomada coletiva de consciência.

E esse mito da democracia racial tem outra sustentação, além do silêncio; existe a questão da mestiçagem, que ajuda na construção desse mito. Falei que a mestiçagem em si é um fato, e não um problema, mas os racilogistas criaram um problema ideológico em torno dela. Aqui no Brasil se sutilizou ideologicamente a mestiçagem para sustentar o mito de democracia racial. Todo mundo já leu a obra de Gilberto Freyre.

Então é essa a diferença do Brasil, comparando-o com os países em que as coisas são mais claras. É claro que houve uma evolução nos últimos anos. Já se demonstrou que hoje o racismo não é mais um tabu como era quando cheguei ao Brasil, há vinte anos. Hoje é uma palavra que todo mundo fala. Aliás, acabei de participar em Salvador de um encontro

nacional dos vereadores contra o racismo, promovido pela Câmara Municipal daquela cidade.

Assim, hoje em dia o problema deixou de ser um mito; mas não há receitas nem soluções prontas. Muitas vezes me perguntam se há uma receita para acabar com o problema racial. Não existe receita; a sociedade tem que trabalhar, construir, procurar as soluções. Uma sociedade que durante um século negou o racismo não vai de repente encontrar as soluções. Aliás, desse ponto de vista somos menos avançados do que na África do Sul, porque levamos um século para saber se somos ou não somos racistas, enquanto lá a questão é clara. Agora eles estão buscando as soluções, e aqui ainda há pessoas discutindo se somos ou não somos racistas, apesar de alguns progressos.

Pergunta: Professor, parece que num momento inicial os grupos organizados das minorias, quer seja o movimento negro ou feminista, faziam um discurso da igualdade, mas num momento posterior o discurso caminhou mais para a diferença. No entanto, parece que se tomarmos cada um desses caminhos, a igualdade ou a diferença, e os levarmos ao extremo, podemos chegar a certos problemas, ou a resultados indesejáveis. Gostaria que o senhor falasse um pouco a respeito dessas armadilhas em que podemos cair; e como se deve combinar o discurso da igualdade com a diferença.

Kabengele: As diferenças se colocam no plano material, factual e concreto: somos diferentes biologicamente, economicamente, sexualmente; mas isso não impede que possamos ter igualdade de oportunidades e de direitos. Quanto aos direitos, a questão da igualdade se coloca no plano formal; mas o fundamental é conciliar o formal com o material, com o concreto; aí é que está a luta. É possível numa sociedade na qual nós queremos nos proclamar diferentes, ser igual ao outro, quando sabemos que as diferenças em todas as sociedades também podem ser interpretadas em termos de hierarquização ou de desigualdade? Aí está a problemática. Acredito que é possível, sendo diferentes, ter, em nível de direitos, igualdade de oportunidades na luta pela vida. Isso não quer dizer que você vai colocar um sinal de igualdade matemática entre Kabengele e Lília. Somos diferentes. Em nível dos direitos, brigamos para ter essa igualdade de oportunidades; mas na vida concreta a gente vai se diferenciar de qualquer maneira, pois temos aptidões diferentes. Um pode se tornar mais rico ou mais instruído do que outro. São diferentes e não iguais. Mas interpretar a diferença e a desigualdade em termos de

superioridade e inferioridade já é um outro problema, ao qual não escapa nossa natureza humana quando estão em jogo os interesses.

Pergunta: Uma questão importante que o senhor colocou, em que eu com mais de dez anos de movimento negro nunca havia pensado, é esta: que no Brasil ainda se está começando a discutir se existe ou não racismo. Refiro-me também a um trabalho seu muito importante, que vi há uns dez anos, sobre o racismo científico (MUNANGA, 1984, p. 39-47). Minha pergunta se refere a esse não-entendimento, não-aceitação do brasileiro da questão do racismo. Vi essa colocação na pergunta anterior, quando o companheiro colocou a questão do negro como sendo de uma minoria. No Brasil, até setores de esquerda têm essa postura, de achar que o movimento negro, a discussão sobre a questão do negro, está inserida na questão da luta da mulher, da luta do homossexual; colocam isso como uma questão de minoria. O povo brasileiro pode até negar, mas a maioria acha que a luta contra o racismo é uma luta semelhante à luta das mulheres, à luta dos homossexuais, etc., e coloca a questão do racismo nesse patamar. Como o professor vê essa questão?

Kabengele: Bem, há várias formas de preconceitos e de discriminações. O racismo, como a própria palavra diz, é essa crença de que alguns segmentos da sociedade, por terem uma herança biológica diferente dos outros, são superiores, têm o direito de dominar e de governar os outros. É um pouquinho diferente de outras formas de discriminação, como a discriminação de gêneros. É claro que, se você tomar as coisas desde as origens das teorias racistas, vai perceber que, num certo momento, a mulher e o negro estavam no mesmo barco; diziam que o volume do cérebro da mulher, como o do negro, era inferior ao volume do cérebro do homem, portanto do branco; que o negro, como a mulher, são seres emotivos, que nunca inventaram nada, não inventaram a matemática. Aliás, é uma fórmula: "o branco é em relação ao negro o que o homem é em relação à mulher". É possível estabelecer essa equação a tal ponto que, por uma questão de analogia, a discriminação contra a mulher pode ser interpretada como uma forma de racismo derivado, um racismo por analogia, por metáfora, como hoje se fala de racismo contra o jovem, contra o velho. Há tantos racismos que às vezes há um lado perigoso, uma maneira de minimizar o verdadeiro sentido do racismo; mas, por analogia, são expressões que se usam hoje, e nós não podemos, digamos, diluir tudo na questão da luta de classes.

Essa visão esquerdista do racismo é uma visão completamente superada,

porque nem tudo se resolve com a mobilidade social. O racismo tem aspectos muito mais profundos, que a questão econômica não resolve. O socialismo na União Soviética não acabou com os *pogroms*, com a hostilidade contra o povo judeu, apesar das estruturas igualitárias. Sem dúvida, há uma relação dialética entre a questão de raça e a questão de classe. Numa sociedade com estrutura social não-igualitária, a questão racial é muito mais forte do que naquela em que você encontra uma certa redistribuição de renda, uma certa mobilidade social.

Eu tomaria o caso de Cuba, que a gente não conhece muito, quanto à questão racial. Quando visitei Cuba em 1989, vi que havia negros entrando e saindo em todo lugar, coisa não-comum no Brasil. Mas analisando as coisas de perto, na estrutura política de Cuba podemos, sem insinuação, encontrar uma realidade diferente das aparências igualitárias. É por isso que não concordo com essa visão esquerdista utópica da questão racial. Era uma postura de alguns partidos políticos, como o PT no início, pensar que o problema do Brasil é um problema de luta de classes; basta transformar a estrutura da sociedade para que não haja mais problemas de discriminação do negro ou da mulher, etc. Creio que a experiência de alguns países mostra que as coisas não são bem assim, pois as transformações formais não são automaticamente acompanhadas pelos fatos e pela transformação das mentalidades.

Referências bibliográficas

- CONE, James H. *Malcolm X et Martin Luther King*. Genebra, Labor et Fides, 1993.
- FABRE, Geneviève. O movimento negro. In: CHESNEAU, Claudin et al. (org.). *Descolonização*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977.
- MEAD, Margareth e BALDWIN, James. *A rap on race*. 1971. Trad. francesa, *Le réalisme en question*. Paris, Colman-Levy, 1972.
- MUNANGA, Kabengele. Raízes científicas do mito do negro e do racismo ocidental. In: *Temas IMESC*, Sociedade-Direito-Saúde, 1(1), julho de 1984.

